

## Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres

Silvia Salvatici\*

Tradução de Luiz Antonio Rodrigues Ribeiro Campos

### A “época das origens”

Desde os seus primórdios, a história oral e a história de mulheres têm mostrado significativas similitudes em seus propósitos e objetivos, bem como em seus campos de interesse. Ambas foram produzidas (ao menos no que se refere à sua disseminação mais ampla) pelos movimentos sociais e políticos desenvolvidos a partir do final dos anos 1960. Em ambas, o estágio inicial foi dominado pela idéia de resgate de uma história oculta. Historiadores orais buscaram inserir as vozes que faltavam, as dos desfavorecidos, a fim de criar uma nova “história vinda de baixo”, enquanto feministas desejaram demonstrar o papel vital desempenhado por mulheres, no passado e no presente, por meio de uma reconstrução do passado, o que, pela primeira vez, conferiu uma atenção adequada às contribuições femininas. Conforme sugeriram Selma Leydesdorff, Luisa Passerini e Paul Thompson (1996), podemos pensar racionalmente ambos os movimentos como “crescendo juntos” de maneira natural.

---

\* Professora e pesquisadora da Universidade de Teramo; consultora da agência intergovernamental International Organization for Migration, Psychosocial and Cultural Integration Unit; coordenadora do projeto Psychosocial and Trauma Response in Kosovo; responsável pela criação do Arquivo da Memória da Experiência de Guerra no Kosovo (1999-2000).

Nessa fase – podemos chamá-la de “a época das origens” – os entrelaçamentos entre a história de mulheres e a história oral podem ser identificados seguindo trajetórias diferentes. Em primeiro lugar, está a exclusão das mulheres dos documentos escritos, geralmente considerados as únicas fontes válidas para a história. Como foi claramente ressaltado por Natalie Zamon Davis em seu famoso ensaio “Women’s history in transition: the European case”, publicado em 1976 na revista *Feminist Studies*, um dos principais objetivos das historiadoras foi introduzir na pesquisa fontes de diferentes naturezas, a fim de trazer novamente ao primeiro plano atores e atrizes do passado. Nessas páginas – destinadas a se tornar uma das mais importantes contribuições teóricas para fundamentar a história de mulheres – Natalie Zamon Davis escreveu:

“A maior parte do que conhecemos nos é transmitida por homens. Em trabalhos literários, textos normativos, tratados morais e expressões artísticas, ou as mulheres estão completamente ausentes, ou são encontradas dentro do discurso de homens sobre mulheres [...] torna-se necessário isolar fontes variadas ainda produzidas por instituições, mesmo aquelas que permitem às próprias mulheres falar mais diretamente; por conseguinte, na esfera privada, por meio de cartas ou diários.”

“Mulheres, por si mesmas, falam mais diretamente”: fontes orais poderiam literalmente completar essa tarefa. Não é à toa que, apenas um ano mais tarde (em 1977), uma das mais antigas publicações dedicadas à erudição feminista nos Estados Unidos, *Frontiers: a Journal of Women Studies*, publicou um número especial abordando exatamente a história oral de mulheres. No ensaio de abertura, Sherna Berger Gluck (que na época dirigia o Programa de História Oral da Universidade da Califórnia) declarou:

“Recusando-se a serem deixadas historicamente sem voz por mais tempo, as mulheres estão criando uma nova história – usando nossas próprias vozes e experiências. Estamos contestando o conceito tradicional de história, aquilo que é ‘historicamente importante’, e estamos afirmando que nossa vida cotidiana é história. Usando uma tradição oral, tão antiga quanto a memória humana, estamos reconstruindo nosso próprio passado.”

Conforme salientou Sherna Berger Gluck, o interesse pelas mulheres e o uso de fontes orais ampliaram positivamente o cenário da pesquisa histórica e nele introduziram novos tópicos de investigação, tais como a vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada de mulheres comuns. O objetivo político do movimento feminista era dar valor a essas áreas específicas de experiência feminina, e a história oral forneceu assunções teóricas e soluções metodológicas para caminhar nessa direção. Além disso, Sherna Berger Gluck identificou a entrevista como um novo espaço de encontro entre mulheres. Em suas palavras:

“A história oral de mulheres é um encontro feminista, mesmo se a entrevistada não for ela própria uma feminista. É a criação de um novo tipo de material sobre mulheres; é a validação de experiências femininas; é a descoberta de nossas próprias raízes e o desenvolvimento de uma continuidade que nos tem sido negada nos relatos históricos tradicionais.”

Nessa perspectiva, o encontro entre a história de mulheres e a história oral fomentou uma espécie de contaminação recíproca, que afetou ambos os campos, o da investigação e o da metodologia. No já citado número da revista *Frontiers* (publicado, como disse, em 1977), foi salientado – por exemplo – que um novo conjunto de questões se fazia necessário a fim de explorar as funções econômicas femininas em trabalhos domésticos, a natureza das relações entre mulheres, e as conexões entre vida privada e vida pública. Em meados dos anos 1970 – o que significa “na época das origens” – modelos-padrão de praticar história oral não eram ainda considerados adequados ao trabalho de organizar e interpretar a vida das mulheres, e novos modelos, que abordassem as diferenciações nas vidas das mulheres – em toda a sua diversidade –, foram reivindicados. Partindo dessa asserção, muitas pesquisas diferentes foram realizadas nos anos seguintes.

Como foi recentemente ressaltado no volume *Women's oral history*, editado por Susan Armitage (2002), os projetos implementados nesse período inicial foram profundamente permeados por uma espécie de celebração acrítica das narrativas orais de mulheres, provavelmente fomentada pelo ardor político daqueles anos. As vozes de mulheres captadas pelas entrevistas proporcionaram um passado com o qual as feministas

poderiam se identificar: era como se as palavras de milhares de mulheres fossem as suas palavras, ou as palavras de grupos oprimidos pelos quais estavam lutando. As histórias faladas de mulheres foram consideradas um novo tipo de “verdade”.

O crescimento e a expansão subseqüentes da pesquisa produziram um aparato crítico mais complexo, que levantou questões teóricas sobre memória, significado e representação numa perspectiva de gênero, e acabou complicando a relação entre a história de mulheres e a história oral.

### Novas descobertas: pluralidade e subjetividades

Segundo Selma Leydesdorff, Luisa Passerini e Paul Thompson, desde o início dos anos 1980, a simbiose entre historiadores orais e feministas deixou de ser muito simples, em virtude de ambos os movimentos se terem tornado mais sutis e complexos nos países ocidentais nos quais se originaram, ao mesmo tempo que se expandiram geograficamente, com repercussões cada vez mais distantes, por mais de 25 anos.

Focalizemos a expansão da história oral de mulheres nos países ocidentais. Inicialmente, ela desenvolveu uma insistência muito mais cautelosa na diversidade cultural das diferenças de gênero, e na necessidade de, antes de fazer proposições grandiosas, levar em conta o que Hannah Arendt – citada por Luisa Passerini – chamou de “pluralidade”, como uma característica básica da condição humana. “Pluralidade” tornou-se realmente um conceito-chave na história oral de mulheres. O reconhecimento da “pluralidade” foi (e ainda é) um alerta aos pesquisadores contra quaisquer assertivas abrangentes nas relações entre gênero e memória; isso, de certa forma, fragmentou a simples celebração das narrativas orais de mulheres que caracterizou os anos 1970. O conceito de “pluralidade” destacou a possibilidade haver de diferenças fundamentais em estruturas de gênero entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões, ou nações. O que era considerado a “voz das mulheres” transformou-se em plural: narrativas femininas pareciam um coro de múltiplas vozes, e, conseqüentemente, a identidade de gênero foi complicada por identidades de classe, religião e nacionalidade. Os projetos de história oral de mulheres dedicados às mulheres negras na sociedade norte-americana – por exemplo – desempenharam um poderoso papel nessa direção.

De várias maneiras, o problema criado pela crescente diversidade de possíveis conjuntos de sujeitos também afetou a história oral. De forma mais surpreendente, feminismo e história oral convergiram adicionalmente para o desenvolvimento tanto da metodologia quanto da interpretação. Nessa “nova fase”, talvez o mais fundamental de tudo tenha sido a passagem comum da ênfase na descoberta de realidades esquecidas pela “história tradicional”, por meio da escuta de vozes ocultas, para um reconhecimento de que sua dimensão subjetiva é essencial para compreendê-las. De acordo com Luisa Passerini, a conceituação de subjetividade constitui o impacto mais significativo que a história de mulheres teve na história oral. No início, a natureza das entrevistas, específica, individual, emocional e volátil, foi considerada uma limitação, um problema que poderia ser superado por meio de um cauteloso escrutínio convencional e histórico dos testemunhos recolhidos (verificar se o conteúdo da entrevista era “verdadeiro”, comprovado por outras fontes). A mudança crucial que teve origem exatamente no início dos anos 1980 ocorreu quando a subjetividade de fontes orais passou a ser vista muito mais como um sinal de força, um indício vital para a modificação da consciência histórica, do que como uma fraqueza intrínseca. Como a subjetividade tornou-se uma das abordagens centrais da pesquisa no campo da história de mulheres, em rápida expansão na década de 1980, ela também se tornou um tema de preocupação e interesse primordiais dentro do movimento da história oral.

Ao mesmo tempo, a memória passou a ser entendida, cada vez mais, como parte de uma maneira de pensar, uma forma de *mentalité*, de modo que o foco de uma grande parte da pesquisa passou de formas individuais para formas coletivas de memória, e para a relação entre ambas. Isso significa que a atenção passou a ser dada menos ao que é dito, e mais ao modo como histórias são narradas. Como histórias são lembradas ou esquecidas? Será possível aprender mais sobre o modo como a divisão de gênero molda a memória e o esquecimento? Como memórias de mulheres alteram a hierarquia de significações historiográficas? Essas questões emergiram das pesquisas realizadas no campo a partir dos anos 1980, e ainda permanecem no centro da história oral de mulheres. Tentarei abordá-las por meio da análise de tópicos individuais que atraíram particularmente a atenção de historiadores orais femininos.

## Memórias femininas de guerra

Primeiramente, gostaria de ressaltar que o interesse da história de mulheres e de gênero pela memória – embora seja mais apropriado dizer “memórias”, de acordo com o que dissemos sobre a pluralidade de vozes levadas em consideração – aumentou significativamente nos últimos dez anos e desempenhou um papel vigoroso na proposta de novos tópicos para a pesquisa histórica.

Gostaria de apresentar alguns exemplos. A deportação maciça durante o período nazista é um caso de alta relevância, uma vez que esteve recentemente no centro do debate historiográfico europeu sobre memória. Na Itália, a primeira contribuição da pesquisa sobre a experiência extrema de perseguição política e racial durante a Segunda Guerra Mundial foi oferecida por uma coleção de testemunhos femininos; esse livro intitulava-se *As mulheres de Ravensbrück (Le donne di Ravensbrück)*, e uma das compiladoras foi, ela mesma, uma sobrevivente. O volume foi composto por quatro entrevistas autobiográficas de mulheres que foram deportadas em virtude de sua orientação política. *As mulheres de Ravensbrück* (Ravensbrück é o nome do campo de concentração descrito nos testemunhos) foi publicado no início da década de 1980, e quebrou os quase quarenta anos de silêncio da memória coletiva e da história nacional sobre a deportação nazi-fascista. As vozes dos sobreviventes deixaram emergir a vergonha desse silêncio, e visaram a desafiar o esquecimento público devido ao desejo coletivo de afastar para bem longe o horror da Segunda Guerra Mundial e de encobrir as responsabilidades de todos os italianos que colaboraram com o exército nazista. O muro de indiferença erguido diante dos sobreviventes foi particularmente severo com relação às mulheres. Seus relatos foram silenciados por não terem espaço no discurso público; as vozes femininas foram confinadas à esfera privada. Como disse uma das entrevistadas:

“As pessoas não queriam nos ouvir; é verdade que todos almejavam esquecer a guerra, livrar-se do passado e viver para o futuro. No entanto, existe algum futuro sem passado? Além disso, como éramos mulheres, eles pensavam, por um lado, que o único lugar no qual poderíamos lembrar nossa experiência era no lar; por outro lado, imaginavam que nós não teríamos sofrido nenhum

tipo de abuso se não houvésemos nos dedicado à atividade política, que não é um campo feminino...”

Nesse testemunho – como em outros coletados no livro – já está estabelecida a conexão entre a especificidade do sujeito singular e o direito de lembrar (“o direito à memória”, pode-se dizer). Que vozes são espelhadas nas memórias coletivas? De quem são os testemunhos que ganham espaço no cenário público? Nessa perspectiva, qual o papel desempenhado pela divisão de gênero? E como a memória pública influencia a pesquisa histórica?

Todas essas questões fomentaram um certo número de pesquisas – ainda baseadas em fontes orais – focalizadas na perseguição específica sofrida por mulheres durante a ocupação militar nazi-fascista da Itália. De um lado, as vozes de sobreviventes trouxeram à luz violência e abusos baseados em gênero. O objetivo dos testemunhos não era expor um tipo de sofrimento adicional das mulheres: pelo contrário, tinham por meta relatar suas experiências, percebidas e reconhecidas como diferentes da experiência masculina, que é, por si mesma, específica. Creio que uma das mais relevantes contribuições oferecidas pelo encontro entre a história oral e a história de mulheres foi o desafio e a crítica da universalidade abstrata e neutra com a qual geralmente tendemos a identificar o ser humano. A experiência humana tem sido fragmentada em realidades múltiplas, marcadas significativamente por divisões de gênero.

Exatamente da memória de mulheres sobreviventes emergiu o significado dos campos de concentração, não apenas como a negação do ser humano, mas também como a tortura contra o ser feminino. As entrevistadas descrevem, de maneira dolorosa, a exibição forçada dos corpos nus das mulheres, ou a violência contra a maternidade. Nas palavras de uma sobrevivente:

“De mais a mais, o que constituiu a experiência mais devastadora para as mulheres foi enfrentar a maternidade num campo de concentração. No início, digamos entre 1942 e 1943, quando se tornava evidente a gravidez de uma mulher, ela era morta antes do nascimento do bebê. Depois, a regra foi alterada: a mãe podia dar à luz o seu filho e continuar trabalhando, enquanto o bebê não tinha o direito de viver; ele era morto por meio de injeções venenosas,

ou afogado num tanque d'água para, em seguida, ser queimado num forno. Caso tivesse o filho em segredo, a mãe era forçada – como forma de castigo – a matar, ela mesma, sua filha ou filho.”

As historiadoras orais salientaram que, entre as razões do esquecimento coletivo no que diz respeito à experiência de deportação, figura a ênfase dada pelo discurso público italiano à resistência armada/militar. Portanto, não foi reconhecida qualquer dignidade à história e à memória de não-combatentes, tais como mulheres e pessoas deportadas, particularmente mulheres deportadas. O caso dos sobreviventes (que não foi ainda suficientemente explorado, principalmente do ponto de vista do gênero) nos mostra – penso eu – que a história oral de mulheres não apenas traz de volta à superfície parcelas da experiência histórica feminina, mas também contribui para enfocar os mecanismos de inclusão e exclusão que regem memórias públicas. A história oral de mulheres contribui para destacar a interconexão entre a construção de papéis sociais e os direitos de cidadania nas narrativas coletivas; isso significa que a história oral de mulheres suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória. As pesquisas realizadas a partir da perspectiva de gênero ressaltaram a necessidade de um discurso público capaz de admitir e acolher as narrativas de diferentes sujeitos sociais, a necessidade de um arcabouço público no qual as memórias de todos possam ser reconhecidas e, ao mesmo tempo, elas próprias possam se reconhecer. A história oral de mulheres tem destacado a urgência do “processo de democratização da memória”, que é a condição básica para as democracias contemporâneas.

Sobre essa questão crucial, Alessandro Portelli introduziu no debate reflexões muito interessantes, partindo de sua pesquisa sobre os massacres da guerra e as privações femininas. Portelli explorou ainda as memórias de mulheres sobre o conflito armado, focalizando particularmente a resistência antifascista desenvolvida na Itália, no final da Segunda Guerra Mundial, e a participação de mulheres nesse processo. Por um lado, assinala Portelli, as narrativas das mulheres cabem perfeitamente na moldura dos “relatos de guerra”: as entrevistadas explicaram suas motivações políticas, descreveram a estrutura da organização a que pertenciam e enfatizaram suas habilidades militares. Por outro lado, contudo, todos esses aspectos cobertos pela conversa não esgotaram

sua experiência e sua memória. Ao lado da “fria determinação frente ao inimigo”, as mulheres da resistência (as *partisans*) lembraram também ações e emoções reconhecidas como específicas de sua condição de mulheres, ações e emoções forjadas por seu “coração feminino” (*With female heart* é o título das memórias de Carla Capponi, a mais famosa heroína da resistência armada em Roma). Tais ações e emoções são particularmente relacionadas às atividades femininas de cuidar. Por exemplo, Carla Capponi se lembra de como se ocupou de uma menina mais jovem, que acabara de se juntar à guerrilha: no meio de uma noite de inverno, esquentou seus lençóis com um velho ferro aquecido ao lado do fogo, para que ela pudesse dormir melhor. “Eu falei com ela” – lembra-se Carla – “como se ela fosse uma criancinha”. Como destaca Portelli, a antiga *partisan*, em suas memórias, enfatiza atividades ligadas a cuidados que ela – como tantas outras mulheres – desempenhou durante a guerra, reconhecendo nelas dignidade e valor, força e coragem, todas marcadas pela especificidade do ser mulher.

O que realmente me impressionou – e de alguma forma me chocou – foi a semelhança entre as memórias das *partisans* italianas e as memórias das mulheres que entrevistei no Kosovo após a guerra. Em ambos os casos, a capacidade de cuidar de outras pessoas, de protegê-las, tem sido reivindicada como um desempenho de resistência especificamente feminino. Sem dúvida, essa reivindicação assume diferentes caracteres em ambos os contextos. No Kosovo do pós-guerra, os relatos das mulheres são recheados de referências aos perigos que enfrentaram durante sua dramática luta em razão do conflito, aos esforços para proteger seus filhos, e aos dissabores, tanto materiais quanto morais, por que passaram, associados ao fato de serem refugiadas. Recontando suas experiências, todavia, parecia que essas mulheres desejavam reavivar seus sofrimentos e projetá-los através de suas próprias lentes de subjetividade feminina. Assim refratadas, as memórias da guerra assumiram aspectos e significados que diferem daqueles propostos pelo discurso público. Nos relatos das mulheres, o *pathos* de esposas, mães e irmãs, geralmente retratado numa imagem de resistência feminina passiva e aparentemente confinada à esfera doméstica, adquire características de uma resistência *ativa*. Nazife, por exemplo, enfatizou, não sem uma insinuação de orgulho, sua capacidade de prover sua família do necessário durante o bombardeio da Otan em Gjakova, quando ela dispunha de muito poucos recursos:

“Quando estourou a guerra, eu me encontrava em circunstâncias muito difíceis. Não dispunha de dinheiro algum, e não havia comida. Leonora [amiga mais próxima de Nazife, que estava presente durante a entrevista] me fez um empréstimo... Tínhamos apenas seiscentos marcos alemães no total. Eu sustentei minha família e a mim com essa pequena soma de dinheiro por três meses. Seiscentos marcos por três meses, e eu ainda tinha duzentos quando a guerra acabou. (...) Alimentei todo mundo com apenas um pedaço de frango! Havia somente uma coxa para meu marido, meu cunhado e para mim... Eu fiz o almoço com um único pedaço de carne e... foi fantástico!”

Drita falou muito sobre seus esforços para sustentar os filhos durante sua fuga para a Macedônia, e a persistente nota de orgulho em sua voz colore o tom dramático de seu testemunho:

“Era muito difícil encontrar comida e até mesmo água. Portanto, nós, como todos os demais, saímos de casa e deixamos tudo para trás. Todos os vilarejos foram queimados. Mas eu sempre conseguia encontrar alguma coisa para meus filhos, sempre dava um jeito de cuidar deles.”

Violeta sustentou seu irmão para que ele não precisasse sair de casa; para ele, tanto quanto para todos os homens da cidade, as ruas de Prístina haviam se tornado muito perigosas.

“A situação lá tinha ficado muito difícil para os homens. Meu irmão, por exemplo - ele tem 21 e eu 22 anos - para ele era perigoso sair para ir às compras, porque os sérvios estavam aprisionando todos os jovens, eles os estavam seqüestrando. Então, meu tio disse, ‘ah, você é uma garota, talvez não seja tão perigoso para você’; mas eu não estava tão certa. Porém, nunca tive medo, nunca, porque para mim viver ou morrer era a mesma coisa... Eu não tinha medo, nunca pensei ‘se eu for para a rua agora eles vão me matar’, para mim era a mesma coisa estar viva hoje e morta amanhã...”

Habitualmente, no complexo e simbólico constructo que é parte do acontecimento da guerra, e que faz uso dos sistemas de valores de uma sociedade, de códigos expressivos e de formas de memória e identidade coletiva, os papéis de defensor e defendido são, respectivamente, masculino e feminino. No relato de Violeta, entretanto, que não é único em relação a outras histórias de conflito contemporâneo nas quais a distinção entre campo de batalha e *front* doméstico (e, por isso mesmo, entre combatentes e não-combatentes) está declinando, esses papéis tradicionais estão sendo revertidos. Nesse caso particular, a reversão representa também a reapropriação do espaço público por mulheres, um acontecimento extraordinário, considerando-se o contexto dos albaneses do Kosovo, no qual a divisão entre espaço masculino e feminino ainda é consideravelmente rígida, e as mulheres ficam, na maioria das vezes, restritas à esfera doméstica. O relato de Violeta é também significativo porque evoca e domina esse tipo de heroísmo que desdenha a vida, tipicamente considerado um atributo de homens. O papel protetor desempenhado por essa irmã, indo em busca de alimento para o irmão, seu parceiro, levou os seus atos heróicos para fora da esfera familiar e privada, caracterizando-os como uma contribuição para a defesa da comunidade.

Por sua vez, após a morte de seus pais, Sonja, sozinha, católica<sup>1</sup> e uma das poucas albanesas a permanecer na zona norte de Mitrovica após o fim da guerra,<sup>2</sup> não protegeu quem quer que fosse, a não ser ela mesma e a casa onde nasceu e cresceu. Em suas recordações dos dias de bombardeios da Otan, ela revive a dor do passado mesmo à luz do presente que, para ela, ainda está impregnado de violência e perigo, uma vez que a minoria albanesa que reside no norte de Mitrovica está sob contínuo ataque, tal como acontece com albaneses em outros lugares da região onde há enclaves sérvios. Seu relato revela não apenas a tristeza da solidão e do sofrimento, mas também sua coragem de resistir, sua força, seu bom discernimento e sua perspicácia. Enquanto à noitinha, após escurecer, ela se escondia num canto da casa de onde podia observar melhor a porta

---

1 Os católicos são apenas uma minoria (4%) da população albanesa, que, em sua maioria, é muçulmana (96%).

2 Após o final da guerra, Mitrovica foi dividida em duas áreas separadas pelo rio que corta a cidade. A zona norte é habitada principalmente por sérvios. Em setembro de 2000, dos 14 mil habitantes ali residentes, apenas dois mil eram albaneses.

para ouvir o noticiário italiano, durante o dia ela cultivava seu relacionamento com a vizinha sérvia, por medo de que um dia uma palavra negativa aos soldados paramilitares sérvios pudesse trazê-los à sua porta – tal como acontecera com muitos outros albaneses das redondezas.

“Eu era capaz de qualquer coisa para ter certeza de que eles não me tocariam. Fingi ser estúpida, uma idiota, como se não soubesse coisa alguma. Que eu era alguém que... alguém com quem você deveria ser agradável. E ela [a vizinha] se aproveitou disso. Ela também ajudou, porque graças a ela... Não posso dizer uma palavra, ela nos ajudou, agiu como se fosse minha prima. Trouxe-me coisas para comer, chamou-me dizendo ‘venha, venha agora, venha, você precisa comer alguma coisa’, e eu fiz força para comer, porque tudo ficava entalado na minha garganta. Eu não tinha vontade de comer.”

“Como durante a guerra fingi ser idiota, você poderia ter dito que eu era uma autêntica imbecil que não entendia coisa alguma. Eu era uma verdadeira atriz. Ela pensava realmente que eu nada entendia. E, assim, me contava todas as notícias. Eu poderia ser uma espiã, mas não havia ninguém a quem eu pudesse contar o que ouvia. Falava apenas com ela, somente com esses meus vizinhos. (...) Eles todos desciam para o abrigo subterrâneo, todos iam para baixo: ‘Há 11 de nós e estamos com medo’ – eles estavam com medo dos aviões – ‘como você pode suportar isso, estando entregue a você mesma?’ Por fim, ela vinha ouvir a BBC em inglês para saber o que estava acontecendo, já que ela não tinha uma antena para receber sinais de satélite. Eu fingia não entender nada em inglês: ‘O que eles disseram? O que eles disseram?’ Eu entrava e saía da sala a fim de deixá-la a sós para ouvir. Nos últimos dias, ela vinha diariamente. Eu tomava conta de sua filha. Tudo estava bem desde que não me tocassem. Eu perguntava a ela, mesmo que entendesse melhor do que ela, pois sempre escutava as notícias em italiano: ‘O que estão dizendo? O que estão dizendo?’”

O fato de Sonja “bancar a idiota” constitui mais um exemplo do heroísmo diário lembrado nas narrativas das mulheres. Tais narrativas não

apenas nos relatam as estratégias que usaram, as habilidades de que se aproveitaram e os recursos que empregaram, mas também projetam a imagem de novos espaços de ação e novas formas de responsabilidade que a guerra e suas conseqüências produziram.

Como vimos, as memórias das mulheres espelham uma imagem da guerra muito mais fragmentada e articulada, se comparada ao discurso público que se faz sobre ela.

## Conclusões

Tentarei resumir em poucas palavras algumas conquistas da história oral de mulheres. A pesquisa feminista sobre memória permitiu que algumas experiências individuais e coletivas do passado ganhassem voz e fossem reconhecidas como parte da história. Isso é importante não somente sob a perspectiva científica, mas também sob o ponto de vista dos testemunhos, que podem se sentir parte da história coletiva. A história oral de mulheres contribuiu para expandir as fronteiras da história, que incluíram conseqüentemente – por exemplo – a atividade ligada aos cuidados: uma esfera de experiência humana que é marcada pelas protagonistas femininas, mas que desempenha um papel básico para a vida coletiva. Além disso, a complexidade das narrativas de mulheres e suas múltiplas perspectivas sobre o passado contribuíram para dar destaque às contradições e repressões do discurso público, de tal forma que a reivindicação de universalidade tornou-se um desafio.

## Referências bibliográficas

- ARMITAGE, Susan H. *Women's oral history: the Frontiers reader*. Lincoln e Londres: University of Nebraska Press, 2002.
- DAVIS, Natalie Zamon. Women's history in transition: the European case. *Feminist Studies*, n. 1, 1976.
- GLUCK, Sherna; PATAI, Daphne (ed.). *Women's words: the feminist practice of oral history*. Nova York: Routledge, 1991.
- LEYDESDORFF, Selma; PASSERINI, Luisa; THOMPSON Paul (ed.). Gender and memory. *International Yearbook of Oral History and Lifes Stories*, vol. IV, Oxford, Oxford University Press, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Racconti di cura, racconti di guerra: la legittimità della narrazione. *Genesis*, n. 1, 2002.

\_\_\_\_\_. *The order has been carried out: history, memory and meaning of a nazi massacre in Rome*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004.

**Resumo:** Por que a história de mulheres encontrou, desde o início, na história oral, um campo muito fértil para o seu desenvolvimento? Que mudanças metodológicas foram introduzidas na prática da história oral pela abordagem feminista? E como os entrelaçamentos entre a história de mulheres e a história oral contribuíram para redefinir os perfis dessas duas perspectivas de pesquisa? Essas questões básicas serão discutidas através da análise de componentes específicos (por exemplo, as memórias das mulheres sobre a guerra), graças aos quais os elos profundos entre suposições teóricas, soluções metodológicas e horizontes historiográficos serão trazidos à tona.

**Palavras-chave:** história de mulheres; história de gênero; história oral; memórias femininas de guerra.

### **Gendered Memories: Reflections on Women's Oral History**

**Abstract:** Why since the very beginning women's history has found in oral history such a fertile field? Which methodological changes did the feminist approach introduce in oral history practice? How did the links between women's history and oral history contribute to redefine the profiles of both research perspectives? These basic questions will be addressed through the analysis of specific components (e.g. women memories of the war), thanks to which the deep links between theoretical assumptions, methodological solutions and historiographical horizons will be brought to light.

**Keywords:** women's history; gender history; oral history; women's war memories.